

BRASIL

Grupos indígenas ampliam território

Índios vão ser donos de 10% do Brasil, um latifúndio maior do que França e Espanha. Mas apenas 5% das terras estão homologadas

Ronaldo Brasiliense
Da equipe do Correio

Submetidos há séculos a massacres e perseguições, os índios brasileiros ainda têm poucos motivos para comemorar.

Das 562 áreas indígenas identificadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em todo o território nacional, apenas 22 reservas, num total de 4,1 milhões de hectares, já foram efetivamente homologadas, o que representa apenas 5% do to-

tal de terras imemorais dos índios. Cerca de 79 (14%) áreas estão em fase de demarcação e outras 179 (32%) esperam regularização.

Os índios, segundo a Funai, detêm a posse — e o usufruto perpétuo — sobre 54,9 milhões de hectares (uma área do tamanho da França), mais de 10% da Amazônia Legal, que engloba os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, Pará, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso.

Quando todas as suas terras ime-

moriais forem demarcadas e registradas na Secretaria do Patrimônio da União (SPU), os índios da Amazônia incorporarão mais quase 30 milhões de hectares — uma Espanha — e serão os senhores de um gigantesco latifúndio de 83,1 milhões de hectares.

O território indígena foi ampliado às vésperas do Dia do Índio, 19 de abril, quando o ministro da Justiça, Renan Calheiros, anunciou a homologação de mais 13 reservas indígenas, destinando aos primei-

ros habitantes do Brasil mais 12,7 milhões de hectares. A medida beneficiou 30 mil índios, de 23 etnias diferentes, quase 10% dos 330 mil indígenas que a Funai comprovou existirem no país em censo realizado em 1995.

Até junho, Calheiros vai antecipar a homologação de pelo menos mais 10 milhões de hectares, assegurando aos povos indígenas algo em torno de 11% do território nacional. “Esses atos do presidente da República resgatam um com-

promisso histórico do nosso país para com os povos originais às portas da comemoração de seu descobrimento”, comemorou Renan Calheiros, referindo-se à chegada do colonizador português Pedro Álvares Cabral ao Brasil em 22 de abril de 1500.

Acusados por grupos mais reacionários de serem os maiores latifundiários do país, os índios brasileiros detêm apenas o usufruto das terras, que de fato são patrimônio da União.

CB
36/4/98
7/3

10

Recorde em áreas homologadas

Com os novos decretos, garantindo mais 12,7 milhões de hectares para os índios do Brasil, o presidente Fernando Henrique Cardoso totaliza agora 82 áreas homologadas em sua gestão, numa extensão de 28 milhões de hectares, superando o recorde anterior estabelecido pelo governo do outro Fernando, o Collor.

Em dois anos, o ex-caçador de marajás Fernando Collor homologou cerca de 26,4 milhões de hectares, sendo 9,4 milhões de hectares somente na reserva indígena Yanomami, em Roraima e no Amazonas, na fronteira com a Venezuela. Collor, porém, homologou 112 terras indígenas, 30 a mais do que Fernando Henrique.

O ministro da Justiça, Renan Calheiros, fez questão de ir ao Alto Rio Negro, Amazonas, para anunciar as novas homologações de terras — que beneficiam principalmente os grupos tucanos, baniuas e curipacos que habitam às margens dos rios Negro e Apaporis —, durante a assembléia geral da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (Foirn), em São Gabriel da Cachoeira. Também foram homologadas as terras indígenas Cabeceira do Rio Acre (AC), Kararaô (PA), Parque Indígena do Araguaia (TO), Sucuriu (MS), Rio Areia (PR), Pinhal (SC) e Ventarra (RS).

A área indígena Ventarra, no Rio Grande do Sul, chegou a ser

Célio Horst



Curipacos, no Alto Rio Negro, Amazonas: beneficiados pelas homologações

questionada judicialmente por fazendeiros gaúchos durante a gestão do ministro Nelson Jobim, na Justiça, num pleito encaminhado pelo deputado federal Odacir Klein (PMDB), mas a Funai acabou rejeitando a argumentação dos latifundiários da região.

Apesar dos avanços, ainda falta muito para que as 215 etnias que habitam o território brasileiro, falando 170 línguas diferentes, possam ter tranquilidade em suas terras imemoriais.

As áreas indígenas Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I e II, Rio Téa, Rio Apaporis e Jarawara-Ja-

mamadi, no noroeste do estado do Amazonas, constituem um polígono contínuo de 10,4 milhões de hectares na região conhecida como Cabeça de Cachorro, na fronteira com a Colômbia. “Essas homologações de demarcações das terras indígenas do rio Negro representam uma conquista histórica para os índios da região”, elogia o ambientalista Marcio Santilli, ex-presidente da Funai, diretor da organização não governamental Instituto Sócio-Ambiental (ISA), que participou ativamente dos trabalhos visando à demarcação das terras.

Dinheiro de fora para demarcação

A demarcação e homologação das novas reservas indígenas ocorreram graças aos recursos liberados pelo Plano de Proteção das Terras Indígenas da Amazônia Legal Brasileira, um componente do PP-G7 (o plano piloto para a proteção das florestas tropicais brasileiras), financiado pelo grupo dos sete países mais ricos do planeta. Houve particular atenção do governo alemão na liberação de verbas, gerenciadas pelo Banco Mundial (Bird).

A utilização de recursos externos na demarcação de terras indígenas na área de fronteira do Brasil com a Colômbia quebra um tabu e coloca por terra a xenofobia militar que predominou na região a partir da década de 80, quando o general Rubem Bayma Denys, secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, patrocinou o projeto Calha Norte, de militarização da região fronteira. Bayma Denys era favorável à criação de “ilhas” indígenas, entre florestas nacionais.

A meta da Funai agora é concluir o processo de delimitação da terra indígena Vale do Javari (AM), com 8,4 milhões de hectares — que ainda não tem seus limites oficialmente reconhecidos —, onde vivem os índios corubos, que tiveram contato com o homem branco pela primeira vez em outubro de 1996, em expedição comandada pelo sertanista Sydney Possuelo, coordenador de índios isolados da Funai.

Marcio Santilli reconhece que o atual governo está promovendo um avanço consistente do processo demarcatório das terras indígenas, principalmente na Amazônia, mas aponta as pendências ainda existentes como no caso da área indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, dos índios macuxi, taurepang e wapixana que, em despacho do ex-ministro da Justiça, Nelson Jobim, teve sua extensão reduzida em relação à identificação feita inicialmente pela Funai. “Felizmente a proposta reducionista não foi efetivada, os ocupantes não índios estão progressivamente abandonando a área e é possível e desejável que a equivocada decisão ministerial venha a ser revista”, torce Marcio Santilli.